

DO PARQUE AO MUSEU: EXPLORANDO OS IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS NA FLORESTA FÓSSIL DE TERESINA- PI

FROM THE PARK TO THE MUSEUM: EXPLORING THE SOCIAL, ENVIRONMENTAL AND CULTURAL IMPACTS IN THE FOSSIL FOREST OF TERESINA- PI

Anne Kareninne Souza Castelo Branco ⁱ

Resumo O Parque Floresta Fóssil, localizado em Teresina, Piauí, abriga um valioso acervo de troncos fossilizados com cerca de 280 milhões de anos, além de sítios arqueológicos relevantes. Este artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais e ambientais decorrentes do processo de revitalização do parque e da construção do Museu de Paleontologia. Baseado em uma pesquisa de doutorado em andamento, o estudo aborda também iniciativas educativas que visam mitigar esses impactos, destacando a importância da preservação patrimonial e da integração da comunidade local. **Palavras-Chave:** Impactos Socioambientais, Patrimônio, Iniciativas Educativas.

Abstract: The Parque Floresta Fóssil, located in Teresina, Piauí, houses a collection of fossilized trunks around 280 million years old, as well as relevant archaeological sites. This article aims to analyze the social and environmental impacts resulting from the process of revitalizing the park and the construction of the Museum of Paleontology. Based on ongoing doctoral research, the study also addresses educational initiatives that aim to mitigate these impacts, highlighting the importance of preserving heritage and integrating the local community. **Keywords:** Socio-environmental Impacts, Heritage, Educational Initiatives.

ⁱ Doutoranda em Arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: annecb@usp.br.

Introdução

O estado do Piauí é reconhecido por abrigar a maior concentração de sítios arqueológicos do Brasil, especialmente ao sul, na região da Serra da Capivara, onde 1.223 sítios estão preservados com arte rupestre, dentre eles 922 com pinturas, 218 com pinturas e gravuras, 83 apenas com gravuras e cerca de 178 abertos ao público para visitas (Barros, et al, 2012). Protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Parque Nacional da Serra da Capivara é um símbolo do patrimônio brasileiro e mundial. Embora o Piauí seja amplamente reconhecido por seu potencial arqueológico, é importante considerar que seu potencial paleontológico é igualmente valioso, mas menos conhecido pela população do estado fora dos círculos acadêmicos e científicos.

Um exemplo significativo é o Parque Floresta Fóssil de Teresina, que abriga o único acervo de troncos fossilizados em posição de vida datando de aproximadamente 280 milhões de anos, também tombado pelo Iphan (Lima, Araújo, 2016). Seus primeiros achados ocorreram em 1979 pelo professor Waldemar Rodrigues, do Departamento de Biologia da UFPI (Caldas et al, 1989).

A "floresta petrificada" está localizada na margem direita do Rio Poti, a 1,2 km da ponte que liga os Bairros Ilhotas e Noivos, compreendendo uma área de cerca de 9000m². Além da localidade em que vem sendo realizada esta pesquisa, existem outras ocorrências fossilíferas de troncos, distribuídas por aproximadamente 15 km, a montante, ao longo do leito e margens do rio, que posteriormente serão estudadas. Todas essas ocorrências estão, provavelmente, em camadas da Formação Pedra de Fogo (Caldas et al, 1989, p. 71).

Além de sua relevância paleontológica, o parque contém sítios arqueológicos onde foram encontrados vestígios de antigos grupos indígenas, resgatados por meio de salvamento arqueológico (Castelo Branco e Neto, 2022). A área ambiental do parque é um importante espaço natural, mas há também uma forte presença de manifestações religiosas, tornando-o um local de múltiplos significados. Apesar de sua localização estratégica em área urbana de fácil acesso, o potencial do parque ainda é subaproveitado e pouco explorado tanto em termos de divulgação quanto de visita pública (Quaresma e Cisneros, 2013).

Apesar de suas características ambientais, patrimoniais, culturais, arqueológicas e paleontológicas de valor inestimável e único, o Parque Floresta Fóssil não recebeu a devida atenção do poder público. Durante décadas, o local foi deixado de lado, evoluindo-se em um

depósito de lixo a céu aberto, sofrendo com queimadas frequentes, insegurança e a falta de uma infraestrutura adequada para receber visitantes, pesquisadores ou qualquer pessoa interessada em conhecer e compreender o valor da Floresta Fóssil (Castelo Branco e Neto, 2022).

Nesse contexto de abandono, finalmente, iniciou-se o projeto de revitalização do parque¹, acompanhado pela construção do Museu de Paleontologia da Floresta Fóssil² (Plano de Gestão, Conservação e Manejo, 2011). Embora esse empreendimento traga benefícios, como a criação de um espaço cultural, maior segurança e um ambiente propício para práticas ao ar livre e conexão com a natureza, também existem características específicas. Entre os impactos negativos mais evidentes estão as alterações na fauna e na flora locais, além das consequências sociais que afetam a comunidade que vive no entorno do parque.

Este artigo tem como objetivo explorar as intersecções entre os aspectos positivos e negativos do processo de revitalização do Parque Floresta Fóssil de Teresina, particularmente no contexto da construção do novo Museu de Paleontologia. A proposta é compreender como esse empreendimento impacta simultaneamente as dimensões cultural, natural e social do território onde está inserido.

A análise foca nas transformações ocorridas na dinâmica cultural do espaço, considerando os vínculos simbólicos e afetivos estabelecidos pela comunidade com o território; nas implicações ambientais, especialmente no que se refere às estratégias de conservação dos fósseis e da vegetação; e nos efeitos sociais, observando o grau de envolvimento e participação da comunidade local no projeto do museu.

A abordagem metodológica integra observações de campo, entrevistas com moradores, profissionais envolvidos e idealizadores do projeto, além da análise de documentos oficiais e ações educativas realizadas no local. Esses dados possibilitam uma leitura crítica das formas como o patrimônio é (re)significado, ou não, no processo de revitalização.

Por fim, a pesquisa também busca refletir sobre o papel da Educação Patrimonial como ferramenta de mediação entre os diferentes agentes envolvidos, especialmente no contexto da

¹ Até a data de publicação deste artigo, as obras permanecem em andamento, sem uma previsão definida para a inauguração do museu.

² O nome definitivo da instituição ainda não foi oficializado, portanto, neste artigo, utilizaremos a designação "Museu de Paleontologia" de forma provisória.

Arqueologia e Paleontologia em áreas protegidas, promovendo o diálogo entre ciência, patrimônio e comunidade.

Fundamentação Teórica

A Arqueologia, como ciência que investiga as sociedades pretéritas por meio dos vestígios deixados pelo ser humano, oferece “uma possibilidade de contar histórias que escapam à capacidade da historiografia tradicional” (Gomes e Santi, 2022, p. 37). Com a evolução da Arqueologia Preventiva, definida como “uma prática externa para a identificação, estudo e proteção do patrimônio destruído durante a avaliação de impacto ambiental de empreendimentos ou atividades” (Souza e Malheiros, 2020, p. 8), essa disciplina tornou-se essencial em processos de licenciamento ambiental. Embora haja debates sobre suas vantagens e limitações, a Arqueologia Preventiva tem gerado avanços inovadores no conhecimento sobre o patrimônio arqueológico brasileiro, como exemplificado no Parque Floresta Fóssil de Teresina.

A Paleontologia, por sua vez, estuda o passado geológico da Terra e sua evolução ao longo das eras, utilizando fósseis, vestígios de organismos preservados em rochas, como principal fonte de informação (Nascimento e Sant'anna Filho, 2022, p. 89). No caso do Parque Floresta Fóssil, que abriga tanto sítios arqueológicos quanto paleontológicos, as atividades envolvem um campo interdisciplinar. Um dos desafios do projeto foi desmistificar os campos de estudo dessas ciências, esclarecendo questões comuns, como o fato de que arqueólogos não estudam dinossauros, mas o comportamento humano, um equívoco recorrente durante as palestras e encontros.

A Educação Patrimonial desempenha um papel central no processo de valorização do patrimônio cultural, atuando como “fonte primária” de conhecimento individual e coletivo. As experiências fornecidas pelo “contato direto” com manifestações culturais evidenciam a relevância dessa abordagem, que busca promover um envolvimento ativo das comunidades com sua herança cultural. Segundo Tolentino (2016), ao se falar sobre educação como uma prática sociocultural não podemos dissociar a educação do patrimônio, são termos inseparáveis.

É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos (Tolentino, 2016, p. 45).

A Educação Patrimonial “leva crianças e adultos a um processo de conhecimento, apropriação e valorização”, possibilitando que os bens culturais sejam aproveitados de maneira significativa e contribuindo para a criação de novos saberes e práticas culturais em um “processo contínuo de criação” (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999, p. 4). Essa convergência entre Arqueologia, Paleontologia e Educação Patrimonial, aplicada ao contexto do Parque Floresta Fóssil, não apenas promove uma maior conscientização sobre esses patrimônios importantes, mas facilita a construção de novos laços entre as comunidades e os recursos culturais e naturais ao seu redor.

Quando falamos em patrimônio, muitas vezes pensamos em grandes edificações, mas seu conceito é muito mais abrangente. O patrimônio inclui uma vasta gama de elementos, como manifestações culturais, costumes e tradições que compõem o patrimônio material, imaterial, histórico, artístico, tangível, intangível, móvel e imóvel, entre outros (Tolentino, 2016). No entanto, apesar da crescente valorização desse conceito, é essencial refletir cuidadosamente sobre o que ele realmente representa e como é percebido pelas diversas comunidades.

Por isso, a educação patrimonial é concebida também a partir da noção de referências culturais, que são conformadas socialmente com a participação efetiva dos detentores e produtores dessas mesmas referências, por meio de um processo permeado de consensos e conflitos a ele inerentes. O importante é o processo dialógico e democrático dessa prática educativa, numa perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos (Tolentino, 2016, p. 40).

Dentro desse contexto, várias medidas de preservação foram condicionais, como o tombamento, o registro e a realização de inventários, muitas vezes envolvendo a participação ativa da Educação Patrimonial. Como afirma Tolentino (2016, p. 42): “Da mesma forma que não podemos falar em alfabetização cultural, a educação patrimonial não pode ser assumida na perspectiva de conscientização da população, em que é necessário levar a luz do conhecimento ao outro”. Esse processo de mediação é delicado e, em muitos casos, difícil de estabelecer, especialmente quando alterações são impostas a uma determinada comunidade, grupo ou sociedade, sem o devido diálogo e respeito pelas suas tradições e realidades culturais.

O patrimônio não pode ser visto apenas como um espaço a ser preservado e depois esquecido. Ele carrega vivências, memórias, sensações e vínculos que estão em constante transformação e dependência. Nesse sentido, o processo de preservação envolve a criação de núcleos de transmissão para as gerações futuras, em uma construção social contínua. Como afirma Poulot

(2011), é a própria sociedade que define e constrói seu patrimônio, moldando-o de acordo com suas experiências e valores culturais. Essa construção do conceito de patrimônio é tão relevante que a Constituição Federal Brasileira de 1988 dedica um artigo específico a esse tema,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: - as formas de expressão; **II** - os modos de criar, fazer e viver; **III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; **IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; **V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição Federal, 1988, art. 216).

O conceito de patrimônio sempre esteve intimamente ligado a questões ideológicas que, ao longo do tempo, sustentaram as classes dominantes da sociedade, e seus reflexos ainda são percebidos hoje, apesar de todas as tentativas de transformação por meio de reflexões e ações. Dentro desse conceito, é apresentado todo o conjunto de conhecimentos, crenças, rituais, costumes e normas que moldam o ser humano como membro da sociedade, e que continuam a ser adquiridos e transmitidos ao longo das gerações. Esse patrimônio pode ser compreendido como um conjunto de saberes, fazeres, expressões e práticas de diferentes grupos e segmentos sociais que compõem a diversidade da sociedade brasileira.

[...]Para tanto, procuramos situar o debate a partir de pensadores do campo do patrimônio, da memória e da educação, que nos ajudem a refletir sobre os conflitos, jogos de poder e acepções que envolvem a educação patrimonial (Tolentino, 2016, p. 40).

É fundamental compreender como o Estado enxerga o que é patrimônio cultural, os dilemas sobre o que constitui a memória coletiva e a representatividade de grupos historicamente marginalizados. Embora existam leis e órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, isso não é suficiente. É necessário que a sociedade como um todo reconheça esses bens como patrimônio. O sentimento de pertencimento em relação a esses bens não surge espontaneamente; ele deve ser cultivado por meio de iniciativas que valorizem a cultura local, regional e nacional. Essas iniciativas incluem práticas educativas, disseminação de informações acessíveis e sua inserção em todos os níveis de ensino, desde o básico até a pós-graduação.

É ainda bastante recorrente, em muitos projetos e ações de educação patrimonial, que eles se voltem exclusivamente aos bens culturais tutelados ou consagrados pelo Estado. Na educação formal, por exemplo, é muito comum, quando se pensa em educação patrimonial, a prática de se levar os alunos ao centro histórico da cidade. Geralmente esses estudantes saem do ambiente escolar sem qualquer reflexão sobre suas próprias referências

culturais, sobre o local onde moram ou sobre o entorno da escola. A educação patrimonial é pensada a partir de um patrimônio cultural já eleito, fetichizado, cabendo ao aluno aceitá-lo e preservá-lo, mesmo que não se identifique com esse patrimônio nem se reconheça nele (Tolentino, 2016, p. 44).

A democratização do conhecimento cultural e patrimonial, além da participação ativa da sociedade, é crucial para fortalecer essa compreensão. Não basta que pesquisadores ou o poder público definam o que é patrimônio; é essencial ouvir a comunidade e entender seu olhar, suas experiências e o que consideram patrimônio.

O patrimônio cultural, concebido como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos, que dele se apropriam, deve ser tratado, nas práticas educativas, levando em conta a sua dimensão social, política e simbólica. Isso implica dizer que, nas ações educativas, o patrimônio cultural não pode ser tratado como pré-concebido, em que seu valor é dado *a priori*, cabendo ao indivíduo aceitar essa valoração e reconhecê-lo como parte de sua herança cultural. Além disso, nas práticas educativas que se pretendem dialógicas e democráticas, o patrimônio cultural concebido como um elemento social implica reconhecer o jogo de forças existentes no seu processo seletivo e até mesmo de sua apropriação, em que estão imbricados os conflitos e as divergências na permanente luta entre a memória e o esquecimento (Tolentino, 2016, p. 47).

O Parque Floresta Fóssil de Teresina apresenta múltiplos perfis de patrimônio, cada um com suas demandas de preservação. Sua localização, em uma área de fácil acesso a sítios arqueológicos e paleontológicos, é um fator privilegiado que facilita a interação com a comunidade local, o turismo e as pesquisas acadêmicas. No entanto, saber que algo deve ser preservado não é suficiente para que essa ideia seja incorporada pela sociedade, especialmente quando há pouca divulgação sobre o valor real desse patrimônio. Além disso, é essencial que essas informações sejam apresentadas em uma linguagem acessível ao público em geral, em vez de permanecerem restritas a um grupo especializado.

Mesmo com todos os pontos positivos, como o excelente acesso e o potencial retorno que isso poderia gerar para a sociedade, esses fatores ainda não são suficientes para garantir a preservação adequada do Parque Floresta Fóssil. Apesar de abrigar troncos fossilizados com mais de 280 milhões de anos, que antecedem os dinossauros, e estão em posição de vida, o que é uma raridade mundial e sendo o único acervo do tipo tombado pelo Iphan no Brasil, o parque ainda não recebeu a devida atenção pelo poder público.

Além disso, foram identificados dois sítios arqueológicos, o Poti Fóssil I e II, onde escavações revelaram vestígios de grupos indígenas (Castelo Branco e Neto, 2022). De acordo com a

dissertação de Mestrado de Danielle Gomes Samia (2022), intitulada *“Fluidez das Paisagens: Arqueologia na Confluência dos Rios Parnaíba e Poti”*, a autora faz referência aos sítios descobertos Poti Fóssil I e II. Nessa obra, Samia sugere uma possível conexão entre esses sítios e o sítio arqueológico Ininga, localizado no campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Mesmo considerando toda a riqueza patrimonial, arqueológica, paleontológica e ambiental que o parque oferece, incluindo um microclima mais ameno em uma das capitais mais quentes do país, esses aspectos não foram suficientes para garantir uma preservação socioambiental e cultural eficiente por parte do poder público da cidade.

Esta pesquisa destaca a importância das práticas educativas, sobretudo através da Educação Patrimonial, como uma ferramenta para conectar a sociedade ao patrimônio cultural, sejam eles materiais ou imateriais. Questiona-se como os bens culturais, tradicionalmente protegidos por certos grupos, agora contemplam aqueles que antes não eram representados nos critérios estabelecidos pelo Estado. Existem dois aspectos centrais: o primeiro é o acesso a grupos historicamente excluídos do patrimônio já estabelecido, e o segundo é se os novos bens culturais incorporam as vozes desses grupos.

Dessa forma, os processos educativos, formais³ e não formais⁴, que envolvem o patrimônio cultural em contextos de conflito e exclusão precisam ser considerados. O objetivo é que esse processo de conscientização e preservação seja o mais inclusivo possível, promovendo um olhar crítico e reflexivo sobre o papel do patrimônio cultural em uma sociedade mais justa e participativa.

Com a construção e revitalização do Parque Floresta Fóssil em andamento, o objetivo é tornar este patrimônio mais acessível ao público. No entanto, desde o início, o projeto gerou algumas situações problemáticas. Embora os aspectos positivos do empreendimento sejam inegáveis, é importante destacar que muitas das questões que serão discutidas neste artigo poderiam ter sido evitadas com uma comunicação mais ativa e respeitosa com a comunidade diretamente impactada pela obra.

3 Processo que ocorre no âmbito do ensino obrigatório, regulamentado por uma legislação específica que orienta as suas diretrizes e práticas.

4 Processo que ocorre fora do sistema educativo formal obrigatório, podendo ocorrer em diversos contextos, como em casa, museus, espaços ao ar livre ou rodas de conversa.

Construção do Museu de Paleontologia da Floresta Fóssil e seus Impactos na Comunidade Local

O projeto de revitalização do Parque Floresta Fóssil, segundo o poder público, levou anos para sair do papel, com a fase inicial de licenciamento ambiental sendo concluída em 2019. A implantação teve início em 2020 por meio do Plano de Manejo e das autorizações pertinentes ao Iphan, a partir do Processo nº 01402.000571/2018-11, foi aprovada a portaria que deu início ao Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA), mas foi interrompida devido à pandemia que atingiu o mundo e durou por quase dois anos em pico.

A avaliação de impacto ambiental (AIA) é um instrumento de política ambiental adotado atualmente em inúmeras jurisdições - países, regiões ou governos locais assim como por organizações internacionais - como bancos de desenvolvimento - e por/ entidades privadas. É reconhecida em tratados internacionais como um mecanismo potencialmente eficaz de prevenção do dano ambiental e de promoção do desenvolvimento sustentável. Sua formalização ocorreu pela primeira vez nos Estados Unidos, por intermédio de uma lei aprovada em 1969 pelo Congresso americano. A partir de então, a AIA disseminou-se, alcançando hoje uma difusão mundial. Atualmente, mais de uma centena de países incorporou às suas legislações nacionais provisões requerendo a avaliação prévia dos impactos ambientais. Somando-se os procedimentos formais seguidos pelas agências bi e multilaterais de desenvolvimento, pode-se afirmar que a AIA é hoje universalmente empregada (Sánchez, 2008, p. 38)

As obras foram retomadas em outubro de 2020 e continuam em andamento até o momento sem previsão de inauguração. Na Figura 1, é possível visualizar a localização do parque, suas áreas de impacto e todo o perímetro de tombamento relacionado ao sítio paleontológico. O local foi oficialmente denominado Floresta Fóssil do rio Poti, com sua área distribuída pelas margens direita e esquerda do rio Poti, a aproximadamente 1.200 metros da ponte que liga os bairros Ilhotas e Noivos. A publicação do tombamento foi realizada no Diário Oficial nº 50, em 16 de março de 1998, conforme a Resolução de Tombamento nº 9.885, com registro sob a inscrição nº 34 no Livro do Tombo, em 29 de abril do mesmo ano.

Trata-se de um sítio natural de interesse notadamente científico (paleontológico) cuja singularidade o tornou conhecido além de nossas fronteiras [...] Muitos são os instrumentos legais existentes para a proteção dessa área, hoje transformada em Parque Municipal. O tombamento, portanto, é mais uma ação complementar, visando a valorização da Floresta Fóssil e a adoção de medidas que a recuperem do estado de abandono e degradação em que se encontra, transformando-a em um espaço turístico e de incentivo ao conhecimento científico (Nascimento e Silva, 1998, p. 4).



Figura 1: Localização do Parque Floresta de Teresina e do Perímetro de Tombamento do Sítio Paleontológico. Fonte: Acervo Ibitupi, 2020.

Antes do início do projeto de construção do museu e da revitalização do parque, a área do Parque Floresta Fóssil era amplamente utilizada pelos moradores do entorno para atividades esportivas, como o futebol, com um campo construído pela própria comunidade. Além disso, o local era um espaço de lazer nos fins de semana, próximo ao rio, e de manifestações religiosas. No entanto, com o avanço das obras, essas práticas foram interrompidas ou diminuíram consideravelmente em frequência.

Em conversas informais e entrevistas gravadas com o líder comunitário Mantovani Lopes, foi revelado que o poder público responsável pelo empreendimento não realizou audiências públicas ou consultas prévias sobre a construção do museu, tampouco inseriu a comunidade no projeto por meio de políticas públicas ou iniciativas participativas. Isso incidiu na ausência de oportunidades para empregos temporários durante a obra, cursos profissionalizantes voltados para o turismo ou guias locais, além de planos de ação que integrassem a comunidade antes, durante e após o empreendimento. A proximidade da comunidade com o parque, como mostrado (Figura 1), reforça a importância dessa inclusão.

Entre os principais impactos ambientais identificados, destacam-se a derrubada de angicos-brancos (árvore nativa), mudanças no microclima percebidas pelos moradores e a migração da fauna local para outras áreas. No campo social, a redução no uso do parque, o barulho constante causado pelo maquinário pesado e a falta de diálogo entre o poder público e a comunidade foram apontados como os principais problemas. A Figura 2 ilustra a área onde o museu está

sendo construído, localizado nas proximidades do rio Poti, um dos principais rios da capital e amplamente utilizado pela população local.



Figura 2: Área de construção do Museu de Paleontologia do Parque Floresta Fóssil em Teresina/PI. Fonte: Sara Memória (2023).

Apesar de o empreendimento ter passado por todos os processos de licenciamento ambiental e apresentar pontos positivos, como a construção do museu em si, além de estruturas de apoio para visitantes, turistas, moradores do entorno, acadêmicos e pesquisadores, ainda surgem questões importantes. Certamente, o projeto traz mais segurança, adequação para a prática esportiva, conexão com a natureza e espaço para manifestações religiosas. No entanto, questiona-se por que a comunidade, que é diariamente impactada pela obra, não foi envolvida no processo e continua sem participação, além da falta de um posicionamento claro por parte do poder público da cidade de Teresina.

No projeto de doutorado da autora deste artigo em andamento, esses questionamentos são aprofundados, embora ainda sem respostas formais. Foi nesse contexto que surgiu o Projeto Amiguinhos da Floresta Fóssil, uma iniciativa desenvolvida em parceria com a Associação Fraternidade – A Resposta é o Amor. Por meio desse projeto, foram realizadas diversas atividades educativas, principalmente com crianças da comunidade, enquanto os adultos manifestavam suas demandas e preocupações sobre o acesso limitado a esse empreendimento.

A reflexão que surge até o momento é a seguinte: se a comunidade não teve sua voz ouvida e sua participação foi desprezada desde o início, isso já não seria de alguma maneira uma

resposta? O que devemos esperar quando o museu estiver finalizado, se antes mesmo não se percebe uma preocupação com a comunidade? Será que só então serão pensadas medidas de reparos e inclusão? Não seria mais eficiente e justo envolver a comunidade desde o princípio, antes mesmo da conclusão do museu?

(...) a museologia arqueológica participativa passa por tornar a sociedade participativa, não só na apropriação do patrimônio arqueológico, mas sobretudo na própria construção do museu enquanto espaço cultural, educativo e em última análise social (Antas, 2014, p. 262).

Nesse contexto, os museus são compreendidos como espaços essenciais para a promoção de ambientes democráticos e acolhedores. Ao abordar o surgimento de um museu, é fundamental considerar seu potencial transformador no campo social e os impactos positivos que ele pode gerar em uma comunidade específica, além de contribuir para a construção cultural e o fortalecimento da identidade coletiva na sociedade.

Práticas Educativas com a Comunidade da Vila Ferroviária

Para compreendermos a Educação Patrimonial, é necessário entender seu papel e suas formas de atuação dentro de um projeto. As práticas educacionais não se limitam a palestras ou à distribuição de materiais informativos. É fundamental um planejamento logístico que vá além de metas e resultados imediatos, promovendo reflexões e ações que impactem positivamente as gerações futuras. Entender que a Educação Patrimonial vai além de uma metodologia simples e se configura como um processo dinâmico e multidisciplinar, possibilita o desenvolvimento de práticas educativas adaptadas às particularidades de cada contexto, ambiente e realidade. Essa abordagem flexível considera as especificidades culturais e sociais envolvidas, promovendo uma conexão significativa entre as pessoas (Tolentino, 2016).

O Projeto Amiguinhos da Floresta Fóssil surgiu como parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, com o título: " Ressignificação do Parque Floresta Fóssil de Teresina-Piauí, a partir da construção do Museu de Paleontologia e Arqueologia". O projeto tem como público-alvo as crianças da comunidade da Vila Ferroviária, que têm sido diretamente impactadas pelo empreendimento. Por meio de uma parceria com a Associação da Fraternidade - O Amor é a Resposta, foi possível estabelecer uma ponte entre as crianças e os idealizadores do projeto.

Ao trabalhar com o público infantil, surgiu a oportunidade de envolver também os adultos da comunidade. A associação já desenvolve diversas atividades com crianças, jovens e adultos, como aulas de judô, balé, reforço escolar, além de oferecer assistência psicológica e odontológica. Embora o Programa de Educação Patrimonial tenha sido iniciado em 2020, por meio da Arqueologia Preventiva e posteriormente continuado como projeto acadêmico⁵, este artigo aborda o desenvolvimento das atividades educacionais realizadas em janeiro de 2023, quando o Projeto Amiguinhos da Floresta Fóssil tomou forma de maneira mais concreta.

Durante essa experiência, foram realizadas atividades que promoveram a exploração de sentidos, memórias e a conexão com a natureza. Entre as ações, destacam-se oficinas paleontológicas e arqueológicas, palestras, biodança⁶, visitas guiadas a sítios arqueológicos e paleontológicos, além da criação de material didático especialmente para o encontro.

O principal objetivo do projeto e deste artigo é identificar e valorizar o patrimônio natural e cultural junto ao público infantil. O intuito é proporcionar às crianças não apenas o aprendizado teórico, mas a oportunidade de conhecer pessoalmente o seu patrimônio. Muitas delas não tinham a dimensão da importância desse legado. Ao envolvê-los desde cedo, o projeto busca ensinar a importância da preservação e conectá-los com o conhecimento sobre a cidade e os tesouros que ela abriga.

Nas Figuras 3 e 4, tivemos uma visita ao Parque Floresta Fóssil com as crianças da comunidade Vila Ferroviária. Embora a maioria já conheça o parque por meio de atividades familiares como banhos de rio, pesca ou simplesmente para aproveitar o espaço, esta foi a primeira vez que o visitaram com o propósito específico de aprender sobre o patrimônio presente no local. Durante a visita, contamos com a presença da Guarda Municipal de Teresina, solicitada para garantir a segurança de todos, e da guia de turismo Ana Beatriz Carvalho, que explicou às crianças a importância da preservação ambiental.

O roteiro incluiu a passagem pelos sítios arqueológicos e pelos troncos fossilizados encontrados no parque, inclusive aqueles ainda em posição de vida, próximos ao rio Poti. Acompanhando a visita, o paleontólogo Jairo Nascimento demonstrou seus conhecimentos sobre o processo de

⁵ Durante o processo de licenciamento ambiental do projeto, iniciado em 2019, e sua continuidade por meio do Programa Integrado de Educação Patrimonial (PIEP, 2020-2021), atuei de forma ativa, inicialmente como arqueóloga e coordenadora da área de Educação Patrimonial, ao lado do historiador Adonias Galvão. Após meu resultado do projeto, dei continuidade ao trabalho por meio de minha pesquisa de doutorado.

⁶ “[...] movimentos corporais impulsionados pela música, proporcionando vivências em que a pessoa é convidada a se conectar com seu eu, com o outro e com o grupo em uma sessão” (Tibúrcio; Amorim, 2020:5).

fossilização, ensinando como identificar fósseis e reconhecer os troncos fossilizados. A experiência foi extremamente rica e educativa, principalmente porque as crianças, que por meio da educação formal, dificilmente teriam a oportunidade de aprender com profissionais especializados como uma arqueóloga, um paleontólogo e uma guia turística.



Figura 3: Iniciativa de práticas educativas pelo Projeto Amiguinhos da Floresta. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 4: Crianças da Comunidade Vila Ferroviária em visita aos troncos fossilizados no Parque Floresta Fóssil. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Durante o processo das atividades educativas externas exclusivamente para a comunidade, foram aplicados questionários (Figura 5) no primeiro e no último dia das ações. O objetivo era verificar se a percepção dos participantes sobre o patrimônio havia mudado ao longo da experiência. Entre as perguntas feitas estavam se você já tinha visto um fóssil antes, se conhecia o trabalho de um arqueólogo e de um paleontólogo, e como avaliavam as atividades realizadas. De forma geral, no início, a maioria não conseguiu diferenciar claramente as duas áreas de estudo, mas, ao final das atividades, forneceu compreensão sobre as diferenças e a importância de cada uma.



Figura 5: Aplicação de questionários com as crianças da Comunidade Vila Ferroviária. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Foi muito interessante observar como as crianças passaram a perceber o espaço de forma diferente, demonstrando real interesse em aprender mais sobre a Floresta Fóssil e as áreas de atuação dos profissionais que estudam esses temas. O que mais chamou a atenção foi o entusiasmo de algumas delas em poder tocar em um fóssil, algo que consideraram uma das experiências mais incríveis. Proporcionar essa oportunidade foi, por si só, extremamente gratificante. Embora algumas escolas particulares levem seus alunos a museus, onde possa existir a oportunidade de tocar nos fósseis, para essas crianças, essa realidade parecia mais distante.

O foco dessa experiência foi totalmente voltado para elas. Todo o projeto, as atividades, as visitas e as palestras foram cuidadosamente planejadas para oferecer uma experiência exclusiva. No último dia, como complemento, foi entregue o material didático “Descobrimos no

Piauí: Floresta Fóssil de Teresina⁷ (Figura 6), que reuniu todas as informações vivenciadas durante essa imersão. Esse material abordou a diferença entre Arqueologia e Paleontologia, explicando o trabalho de cada um desses profissionais, além de situar a Floresta Fóssil no tempo geológico da Terra. Também continha imagens dos troncos em posição de vida, dos sítios arqueológicos, e explicações sobre o processo de salvamento arqueológico e a curadoria dos vestígios encontrados no parque em laboratório.

Ao final do material, incluímos atividades interativas como caça-palavras, labirintos e desenhos para colorir, todos relacionados ao tema da Floresta Fóssil de Teresina, com o intuito de estimular a experiência de forma lúdica. Sem dúvida, essa foi uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos e que se repetiu posteriormente. O objetivo principal é reaproximar a comunidade de um patrimônio que já pertencem, não por meio de imposições, mas através do diálogo, mostrando sua importância e explicando o porquê de preservá-lo, inserindo os moradores nesse processo que, em grande parte, foi ignorado pelo poder público. Nosso papel é mediar e construir pontes, facilitando o acesso a esse patrimônio de forma fluida e natural, como deveria ser.



Figura 6: Entrega do material didático. Descobrindo o Piauí: Floresta Fóssil de Teresina. Fonte: Acervo da autora, 2023.

⁷ Produção autoral e independente da autora Anne Castelo Branco, 2023.

Considerações Finais

O Parque Floresta Fóssil destaca-se pelo seu valor inestimável, abrigando um vasto patrimônio natural, arqueológico, paleontológico e ambiental. A construção do museu na área evidenciou a falta de informação sobre o patrimônio existente, ressaltando a necessidade de ações educativas para ampliar o conhecimento e a valorização desse espaço. Por meio das atividades desenvolvidas pelo Projeto Amiguinhos da Floresta Fóssil, buscou-se compreender a resposta da comunidade em relação ao patrimônio natural e cultural, utilizando as metodologias da Educação Patrimonial como ferramenta de mediação.

Foi observado um grande interesse da comunidade em integrar-se ao projeto. Com as crianças como público-alvo, devido à disponibilidade e adesão, diversas estratégias foram inovadoras para elas, como exposições, visitas a museus e ao parque, além da entrega de material didático especialmente desenvolvido para aproximá-las do patrimônio que sempre pertenceram a elas. Este estudo apresentou as metodologias aplicadas para garantir que o conhecimento sobre o parque e seu patrimônio ultrapasse os limites do meio acadêmico e chegasse de maneira eficaz a comunidade que o cerca. Preservar o patrimônio é essencial, mas é igualmente importante compreender como esses espaços são percebidos pelas comunidades, especialmente as mais vulneráveis.

O referencial teórico adotado neste trabalho está fundamentado nas contribuições da Arqueologia Pública, da Educação Patrimonial e da Gestão do Patrimônio Cultural e Ambiental, sendo essencial para a concretização dos objetivos aqui propostos. A partir de autores como Antas (2014), Gomes e Santi (2022), Tolentino (2016), entre outros, foi possível compreender o patrimônio como uma construção social, vinculada às identidades locais, à memória coletiva e às relações de poder presentes no espaço.

Esse embasamento permitiu que as análises fossem conduzidas de forma mais crítica, possibilitando a compreensão das intersecções entre os impactos positivos e negativos relacionados à revitalização do Parque Floresta Fóssil de Teresina, com ênfase nas dimensões culturais, ambientais e sociais.

Além disso, os conceitos de mediação cultural e educação patrimonial contribuíram significativamente para interpretar as ações educativas como ferramentas fundamentais de diálogo entre ciência, patrimônio e comunidade, reforçando continuamente a importância de

práticas integradoras nesse contexto. Sendo assim, a pesquisa demonstra que é possível, e necessário, pensar políticas públicas de preservação que considerem os múltiplos sentidos atribuídos ao patrimônio pelas comunidades locais, promovendo sua valorização não apenas como bem material, mas como um elemento vivo e dinâmico de pertencimento, memória e transformação social.

Referências

- ANTAS, M.N.B., 2014. Museologia arqueológica participativa. *Revista de Arqueologia*, 26/27(2/3), pp.255-265.
- BARROS, J.S. et al., 2012. Geoparque Serra da Capivara (PI): proposta. [Rio de Janeiro]: CPRM.
- BRANCO, A.K.S.C., 2023. Descobrindo no Piauí: Floresta Fóssil de Teresina. Projeto Amiguinhos da Floresta Fóssil. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.
- BRANCO, A.K.S.C. e NETO, A.A.G., 2022. Relatório Integrado de Educação Patrimonial. In: BRANCO, A.K.S.C., NETO, A.A.G. e GONÇALVES, R.N. (orgs.) Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Implantação do Parque Floresta Fóssil, Teresina/PI. Teresina, pp.1-366.
- BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- CALDAS, E.B. et al., 1989. Nota sobre a ocorrência de uma floresta petrificada de idade permiana em Teresina, Piauí. *Boletim IG-USP. Série Científica*, 7, pp.69-87.
- ECOM – EMPRESA DE CONSTRUÇÕES, CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE LTDA, 2011. Plano de Gestão, Conservação e Manejo. Estruturação do Planejamento, Parque da Floresta Fóssil do Rio Poti. Teresina: ECOM.
- GOMES, N. e SANTI, J.R., 2022. Arqueologia às margens do Madeira e outras histórias possíveis. In: NASCIMENTO, E.R. e GOMES, N. (orgs.) Educação patrimonial: Caiari revendo o passado, cultivando o futuro. Porto Velho: Temática Editora, pp.37-58.
- HORTA, M.L.P., GRUNBERG, E. e MONTEIRO, A.Q., 1999. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN.
- NASCIMENTO, A.C.B.C. e SILVA, J.C., 1998. Proposta de Tombamento Floresta Fóssil do Rio Poti. Teresina: Departamento de Patrimônio Natural e Cultural – DPNC.

NASCIMENTO, E.R. e SANTA'ANNA FILHO, M.J., 2022. Os fósseis do rio Madeira. In: NASCIMENTO, E.R. e GOMES, N. (orgs.) Educação patrimonial: Caiari revendo o passado, cultivando o futuro. Porto Velho: Temática Editora, pp.89-100.

POULOT, D., 2011. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. *Varia História*, 27, pp.471-480.

QUARESMA, R.L.S. e CISNEROS, J.C., 2013. O Parque Floresta Fóssil do Rio Poti como ferramenta para o ensino de paleontologia e educação ambiental. *Terrae*, 10(1-2), pp.47-55.

SAMIA, D.G., 2022. *Fluidez das Paisagens: Arqueologia na confluência dos rios Parnaíba e Poti*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Teresina: Universidade Federal do Piauí.

SÁNCHEZ, L.E., 2008. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos.

SOUZA, M.D.O. e MALHEIROS, R.N.A., 2020. Curso de Relatórios técnicos no contexto da Arqueologia Preventiva [online]. Recife: Solos Arqueologia e Meio Ambiente, Prospecta – Projetos, Pesquisas e Consultoria Arqueológica. Disponível em: <https://solosarqueologia.com.br/cursos/>

TIBÚRCIO, R.R.R. e AMORIM, M.I., 2020. Biodanza como Prática Integrativa Complementar do SUS (PIC) na Promoção de Saúde Biopsicossocial por uma Comunidade Usuária e Profissionais do Sistema Único de Saúde. *Psicologia-Tubarão*, [s.n.], pp.1-30.

TOLENTINO, Á.B., 2016. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. Caderno Temático, 5, pp.38-48.

VASCONCELOS, M.V. et al., 2016. Floresta Fóssil do Rio Poti em Teresina, Piauí: Por que não preservar?. *Revista Equador*, 5(3), pp.239-259.